

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - BACHARELADO

FABIAN ROSSI SCHMITZ – 206257

O VALOR DAS AÇÕES POR DEVER

Porto Alegre

2014

FABIAN ROSSI SCHMITZ

O VALOR DAS AÇÕES POR DEVER

Trabalho realizado como
requisito parcial para
aprovação na graduação de
Bacharel em Filosofia pela
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul

Orientado pelo professor Dr.
André Nilo Klaudat.

Porto Alegre

2014

FABIAN ROSSI SCHMITZ

O VALOR DAS AÇÕES POR DEVER

Trabalho realizado como
requisito parcial para
aprovação na graduação de
Bacharel em Filosofia pela
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientado pelo prof. Dr. André
Nilo Kludat

Aprovado em ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Gerson Luiz Louzado

Me. Nykolas Friedrich Von Peters Correia Motta

Resumo: Neste trabalho de conclusão de curso, pretende-se esclarecer no que consiste o valor das ações por dever para Immanuel Kant em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tal esclarecimento passa principalmente por se entender como o autor define o conceito de dever. Para Kant, a moralidade é um assunto que trata da absoluta necessidade acerca do que um ser humano deve fazer sem exceção, ou seja, de quais são os deveres de um tal ser. Agir por dever, dessa forma, é a única forma de um ser humano agir moralmente.

Abstract: In this concluding graduation essay, I intend to clarify what is the worth of actions done from duty for Immanuel Kant in his book *Groundwork for the Metaphysics of Morals*. Such clarification depends mainly on the understanding of how the author defines the concept of duty. To Kant, morality is a matter that concerns the absolute necessity of what a human being ought to do without exception, that is, what are the duties of such a being. Acting from duty, therefore, is the only way for a human being to act morally.

Key-words: Morals, necessity, duty, human being.

Sumário

Introdução.....	5
1.Boa vontade, seres racionais imperfeitos e o dever.....	9
2.As ações por dever.....	16
Considerações Finais.....	39
Referências Bibliográficas.....	41

Introdução

Na obra de Immanuel Kant chamada *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o autor, em uma argumentação dividida em três seções, vai contra a tradição de teorias morais empiristas para as quais agir racionalmente sem ter qualquer interesse subjetivo relacionado a essa ação é impossível. Kant vai contra essa tradição tratando, conforme seu pensamento fundamental, a moralidade como um assunto que diz respeito àquilo que nós devemos fazer independentemente de nossos desejos e interesses subjetivos, sendo a faculdade que possibilita esse tipo de ação denominada *razão prática*. Dessa forma, Kant precisou demonstrar que esse modo de agir é possível. O que ele só acaba fazendo na seção três de seu livro. Ficando, portanto, as outras duas seções encarregadas de uma segunda tarefa, a saber, a de analisar os conceitos da moral, por exemplo, o do *dever*. Nessa análise, Kant pretende explicar significados de conceitos morais já contidos no “conhecimento racional moral comum” e na “filosofia moral popular” para assim chegar aos fundamentos da moral na seção um e dois e demonstrá-los na seção três.

Assim, neste trabalho de conclusão de curso, o qual terá como pano de fundo o que se desenrola quanto à análise de significados na seção um, pretendo tornar claro qual é o significado que Kant deu ao valor das ações feitas por *dever* na FMC¹, pois ele é considerado por muitos como o autor de uma teoria moral em que os deveres fornecidos pela faculdade da razão prática deveriam não só se sobrepor aos desejos e interesses subjetivos que um agente possui, mas também ser os únicos a estarem presentes no leque de motivações de um agente. Tal má interpretação do conceito de valor moral em Kant não faz jus ao que pensava o autor, pois mostrarei que nem ele pretende que os deveres fornecidos pela faculdade da razão prática não possam ser interesses e desejos do agente sem que ocorra uma imposição externa do que é certo fazer, uma vez que o agente, através de um raciocínio deliberativo correto, encontrará tais deveres morais dentro de si enquanto ser racional e reconhecerá tais deveres como obrigações legítimas suas que o levarão a agir moralmente antes de ser obrigado externamente por tais deveres, portanto, tal agente ao encontrar tais deveres em si mesmo para agir, e

¹ De agora em diante, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* será escrito assim.

agindo motivado pelo respeito a essa obrigação que ele reconhece como sua e não como um conjunto de regras externas, não poderá reclamar acerca de uma imposição externa desses deveres sobre sua vontade, pois tal imposição é feita por sua racionalidade sobre sua vontade; é feita pelo próprio agente. Tal ação moral que resultará dessa obrigação possuirá valor moral, pois não terá em vista a promoção de algum outro fim senão a mera ação por respeito à lei moral que segundo Kant, precisa ter caráter de absoluta necessidade e universalidade. São necessárias pois são categóricas, ou seja, as ordens da lei moral não consideram desejos e interesses subjetivos do agente, o impulsionando a fazer ou deixar de fazer uma ação para agir conforme o dever. Dessa forma, a lei moral precisa valer sem exceção conferindo responsabilidade moral ao agente enquanto ser racional. Sendo tal lei fornecida pela razão prática e supondo que tal faculdade racional seja igual para todos, tal lei deve valer para todos seres munidos de tal faculdade, a qual, para Kant, é responsável por produzir uma vontade boa em si mesma, sendo tal lei assim universal.

Entretanto, isso não quer dizer que a moralidade não tenha fim algum como deduzem muitos dos que interpretam de maneira incorreta a finalidade em si mesma acerca das ações morais. Como aponta Herman, “Talvez a insistência kantiana de que a condição para se aceitar requerimentos morais não é o de promover algum outro (e imoral) fim é às vezes estendida à sentença implausível de que a moralidade é sem fim ou propósito sequer”². O fim da moralidade, para Kant, é o princípio de ação fornecido pela faculdade da razão prática (sendo portanto um princípio racional), o qual torna boa a vontade dos seres humanos por quererem agir por tal princípio bom, uma vez que tais seres nem sempre agem com uma boa vontade. Tal princípio torna a vontade dos seres humanos boa através do dever que necessita objetivamente tais seres a agirem por tal princípio. Sendo assim, princípios para ações morais são fins nelas mesmas, pois a bondade da ação moral não requer uma justificativa além da boa vontade que se tem para agir, ou seja, os princípios bons oferecidos pela razão prática é pelo *que* se age, pois não se espera nenhum efeito como justificativa; a justificativa, isto é, a bondade da ação está no próprio princípio. Como diz Herman, “O projeto de Kant em ética é fornecer uma análise correta ‘do bem’ entendido como o fundamento de determinação última de

² HERMAN, Barbara, p. 209, 1993.

ação”³. Determinação essa que se dá justamente pelo fato de os princípios para as ações morais de Kant serem entendidos como fins sumamente bons, pois

“aceitar qualquer padrão como regulador sobre um domínio de atividade é adotar um padrão como um fim. Princípios não são fins de ações rotineiros no sentido de que nós não tipicamente iniciamos uma ação com o intuito de satisfazê-los, apesar de podermos. Mas se aceitarmos que a característica definidora dos fins seja a que eles são fontes de razões que modelam ações, então princípios podem ser fins. A peculiaridade óbvia da alegação de que princípios de racionalidade prática podem ser fim *último* é que eles são formais e assim, como princípios de inferência, nem totalmente nem independentemente fornecedores de razão”⁴

A análise do prefácio da obra contém um apontamento acerca do que Kant pretende realizar nas seções seguintes quanto ao problema que pode surgir a respeito de uma possível imposição externa e estranha do dever fornecido pela lei moral sobre a vontade do indivíduo, pois ao chamar atenção para o que confere valor moral a uma ação, de modo geral na primeira seção, Kant procurará realizar o desejo contido no prefácio, a saber, o de afastar a contingência das ações de seres humanos quanto ao mero acordo com a legislação moral fornecendo um fundamento de determinação última para as ações dos agentes, pois “A moral não pode ser construída a partir de princípios empíricos, pois isso não oferece necessidade absoluta, mas meramente condicionada – a moral *diz*, contudo: você necessita fazer isso sem uma condição e exceção”⁵. Em outras palavras, como um ser como o ser humano que age guiado por concepções do que é bom, pode ter um princípio determinante quanto às suas ações por dever todas as vezes em que se encontrar em uma situação moralmente relevante, ou melhor, como um tal ser racional imperfeito como o ser humano pode ter sua vontade determinada por um princípio que o faça agir conforme o dever todas as vezes em que uma ação moral é requerida de tal ser enquanto racional e que o impeça de agir contra o dever por atender às demandas de um desejo ou interesse o qual pode impulsionar tanto a realização de uma ação conforme o dever como impulsionar uma ação contra o dever. Tal ser se determinará a agir uma vez que o fundamento da ação por dever, o qual não está em nenhum lugar senão nele mesmo e que pode, portanto, ser reconhecido como *seu*, for revelado como uma vontade boa sem limitação a qual ultrapassa em valor qualquer inclinação sua. Kant distingue assim princípios empíricos de princípios puramente formais os quais podem servir de motivo para o agente. Motivos sustentados por princípios empíricos são contingentes pois dependem dos interesses e desejos do agente. Como diz Herman: “dizer que um

³ HERMAN, Barbara. p. 210, 1993

⁴ HERMAN, Barbara. p. 216, 1993

⁵ SCHÖNECKER, DIETER & WOOD W., Allen, p. 26. 2014.

desejo ou inclinação é contingente é dizer, com efeito, que ele não é constitutivo do tipo de ser que somos – um tipo de ser racional”⁶. Já princípios racionais práticos, sustentam motivos necessários e universalmente válidos que se sustentam devido a características que constituem o que somos racionalmente. Kant pretende assim evidenciar o caráter das ações por dever como uma necessidade prática na FMC, afastando a contingência que tanto quis afastar.

Com o intuito de esclarecer como é possível que os agentes sejam motivados a agir de um modo que confira valor moral às suas ações, não se pode se furtar de analisar os exemplos que Kant oferece em cada passo de sua argumentação quanto ao valor dessas ações, ou seja, sejam “X” e “Y” ações conforme o dever, como é possível que uma ação “X” externamente idêntica a “Y” possa possuir valor moral e “Y” não. Também neste trabalho se pretende esclarecer de que maneira deve ser entendida a possível interação do motivo que confere valor moral com outras motivações e o que um agente frente a uma situação qualquer deve considerar para saber se se trata de uma situação moralmente relevante a qual requer uma ação guiada por um princípio racional prático, uma vez que ações que não levam em consideração tal princípio racional, não podem ter valor moral. Isso não quer dizer, entretanto, que se trate de uma ética normativa, pois se se entende por ética normativa uma ética que propõe teorias de quais princípios, regras e valores *devem* dirigi-la as ações humanas, então não se tem em mãos uma ética normativa quando se lê a FMC, pois Kant não pretendia estabelecer a maneira segundo a qual os seres humanos *devem* agir, mas sim como suas ações podem ser determinadas por um motivo o qual possui valor moral.

⁶ HERMAN, Barbara, gr. n., p. 217, 1993.

1. Boa vontade, seres racionais imperfeitos e o dever

Immanuel Kant começa a FMC da seguinte maneira: “Não há nada que seja possível pensar de lugar algum do mundo, ou até mesmo de nada fora dele, que possa ser tomado como bom sem limitação, exceto uma boa vontade.”⁷

Em vez de começar definindo positivamente o que é essa boa vontade, Kant começa definindo-a negativamente, ou seja, o que tal vontade não pode ser. Em uma perspectiva moral, tal boa vontade não tem valor condicionado ao contrário dos dons naturais como talentos do espírito e qualidades de temperamento que nessa perspectiva possuem tal tipo de valor. Portanto, não quer dizer que em outra perspectiva que não a moral, tais dons não possam ter valor intrínseco, pois “Se se entende sob um valor intrínseco um bem que nós (de fato) almejamos por causa de nós mesmos, Kant está longe de afirmar que tais bens (além da boa vontade) não existam, pelo contrário: ele diz (por exemplo) enfaticamente que nós ‘segundo uma necessidade natural’ aspiramos à felicidade [ou seja, o conjunto de dons da fortuna o qual depende dos dons naturais]”⁸.

Bom, e por que tais dons naturais não têm valor moral incondicionado? Pois a bondade ou a maldade de tais propriedades depende da vontade que faz uso desses dons. Se assim não fosse, poderíamos julgar as ações de um agente que fosse dotado desses dons naturais como o de “sangue frio”, por exemplo, como ações moralmente boas sem ressalvas, entretanto, se muda a avaliação moral acerca de ações feitas com tais dons se o propósito não for bom. Um assassino de “sangue frio” com certeza não merece nossa mais alta estima moral, mas sim uma pessoa que pretende salvar uma criança de um afogamento fazendo uso de tal dom natural, por exemplo. Kant menciona que há certos dons que estão mais próximos da boa vontade, podendo tornar favorável ações por esse princípio bom, mas nem por isso tais ações com esses dons deixam de ser condicionalmente boas, moralmente falando.

Entretanto, o argumento de Kant não se dirige apenas aos talentos do espírito e às propriedades do temperamento, os quais podemos chamar de dons naturais,

⁷ KANT, Immanuel, Ak 4:393, 2002.

⁸ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 44. 2014.

mas também aos dons da fortuna que são adquiridos socialmente (poder, riqueza, honra, saúde, bem-estar e satisfação com o seu estado), porque com eles acontece o mesmo que com os dons naturais, ou seja, a vontade também faz uso deles. Para a riqueza, é fácil atribuir essa condicionalidade, pois se pode tanto usar a riqueza para ajudar quanto para subornar. Tal facilidade, no entanto, não se tem ao se analisar a felicidade, a qual nada mais é do que todos os dons da fortuna reunidos. Kant diz que naturalmente se busca ser feliz dada a forma como os seres humanos são constituídos fisicamente, dotados de instinto e razão. Mas então por que a felicidade não tem valor intrínseco? Kant fornece dois argumentos:

Primeiramente, nada garante que a felicidade não leve uma pessoa a agir imoralmente haja vista a sua influência corruptora sobre a vontade de um agente, pois por vezes ela pode levar a atos de coragem, como de arrogância. Como apontam Schönecker e Wood:

“quando homens adquirem os dons da fortuna e os desfrutam (quando eles se tornam mais poderosos, mais ricos ou mais famosos que os seus iguais), então são levados a acreditar que possuem uma inclinação inata que faz deles também merecedores dessa fortuna, e essa ilusão arrogante leva, muitas vezes, a ações imprudentes e até imorais.”⁹

Interessante notar que os comentadores acima mencionam o adjetivo “inata” para caracterizar a inclinação que surge no indivíduo que obtém a felicidade, e assim o fazem pois não se trata de uma inclinação de mérito legítimo pois o indivíduo se esforçou para se dotar com os dons da fortuna, mas de um merecimento desses dons da fortuna que surge no indivíduo enquanto um indivíduo XYZ e por isso é *como se fosse inata* e não por esforço. É uma inclinação que faz o indivíduo sentir que sempre mereceu aqueles dons da fortuna e o esforço só veio a trazer o que sempre lhe foi de direito. Dessa forma, em uma circunstância que requeresse desse feliz indivíduo uma atitude corajosa para salvar uma pessoa em perigo, talvez tais dons da fortuna levassem o indivíduo a se arrogar com uma superioridade em relação à pessoa em perigo e que *ele* não devesse salvá-la.

O segundo argumento contra a possibilidade da felicidade ser boa intrinsecamente que Kant oferece se trata do modo como os indivíduos racionais tratam a felicidade. Assim, se a felicidade fosse em si mesma e sob todas as circunstâncias plena de valor, então tais indivíduos deveriam sobrevalorizá-la ilimitadamente. Tendo por base o “conhecimento racional moral comum”, Kant nega

⁹ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 48. 2014.

que esse seja o caso, pois “um espectador imparcial e racional jamais pode se comprazer sequer com a vista da prosperidade ininterrupta de um ser a quem não adorna traço algum de uma vontade boa e pura”¹⁰.

Dessa forma, dada a aversão de um indivíduo racional a uma felicidade obtida diferentemente de uma vontade boa e pura, fica claro que não se valoriza a felicidade “custe o que custar”.

No terceiro parágrafo dessa mesma seção, Kant pretende estabelecer a diferença entre a boa vontade como um desejar e como um querer. Fica claro que Kant a entende como um querer, pois

“não [pode ser compreendida] como um mero desejo’, mas é própria dela ‘a mobilização de todos os meios, na medida em que estão em nosso poder’. Kant quer apontar, para além disso, isso está claro – que a boa vontade é boa já pelo querer do moralmente ordenado; ela é boa unicamente pelo querer, isto é boa em si”¹¹.

Dessa forma, a boa vontade não pode ser entendida como um mero desejo, a boa vontade trata de algo mais forte. A boa vontade deve ser determinante para uma ação e não algo que simplesmente afeta e inclina o ser humano a realizar ações conforme o dever de modo contingente. É preciso que se entenda a boa vontade como determinando os agentes a buscarem os meios que forem necessários para realizá-la e não abrir mão de realizá-la nas ações em vista de outros fins quaisquer como o fim da conservação física, pelo fato de o agente poder se machucar na execução de uma ação pela boa vontade.

Entretanto, é preciso tomar cuidado ao incorporar meios e fins ao ato de querer a boa vontade haja vista o que foi estabelecido até aqui quanto à bondade de uma ação moral residir unicamente na vontade. Alguém que possua os dons da natureza e os dons da fortuna não necessariamente agirá moralmente por mais que possua os meios para realizar uma ação moral, pois se assim fosse não se poderia reconhecer as ações de quem não possui esses dons como ações dotadas de valor moral. Os dons da fortuna, como já se disse acima, podem ser adquiridos socialmente, mas se realmente o podem isso se deve primeiramente a posse dos dons naturais e em segundo lugar do meio social em que se está inserido e de outros fatores contingentes aos quais não se tem livre acesso. Portanto, pessoas mal dotadas desses dons não teriam acesso ao reino da moral ou pelo menos sua

¹⁰ KANT, Immanuel, Ak 4:393, 2002.

¹¹ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD, Allen, p. 49-50, 2014.

participação seria mais difícil. Como vimos, Kant não pensa assim sua teoria moral. O fato de podermos agir moralmente não deve depender dos bens que possuímos socialmente nem naturalmente, pois:

“Mesmo se através do peculiar desfavor do destino, ou através de uma escassa dotação de uma natureza madrasta, essa vontade fosse inteiramente insuficiente em recursos para realizar seu fim, se com seu esforço nada fosse realizado, e somente a boa vontade fosse deixada sozinha (certamente, não como um mero desejo, mas como lançando mão de todos os meios enquanto eles estão em nosso controle): então ela brilharia como uma jóia por si mesma, como algo que tem seu valor completo em si mesma. Utilidade ou falta de frutos não podem nem adicionar nem subtrair nada desse valor.”¹²

Para Kant, portanto, enquanto se tem uma boa vontade para agir, se deve lançar mão de todos os meios para atingir os fins bons. O valor moral, no entanto, não depende da plena execução de tais fins. Transparece, dessa forma, que Kant quer estabelecer a igualdade dos seres racionais frente à moralidade, pois é a racionalidade ela mesma que importa para avaliar as ações morais e essa todo ser humano possui.

Antes Kant mostra que a felicidade, por se tratar dos dons da fortuna, em uma perspectiva moral não é um bem ilimitadamente valioso. Agora ele quer mostrar que a razão não existe para guiar os seres humanos à felicidade, pois seu papel é o de produzir uma boa vontade. E para tal ele usa um argumento teleológico que pressupõe argumentos de outras obras suas como a *Crítica do Juízo*. O argumento é este:

“Nas predisposições naturais de um ser organizado, i.e., um ser arranjado propositalmente para a vida, nós assumimos como um princípio que nenhum instrumento é encontrado nele para nenhum fim exceto aquele que é o mais adequado e apropriado para ele. Agora se, num ser que tem razão e uma vontade, sua preservação, seu bem-estar – em uma palavra, sua felicidade – fosse o fim real da natureza, então a natureza teria feito um arranjo muito mau em apontar a razão nessa criatura para atingir essa meta. Para todas as ações que ela tem que executar visando essa meta, e a regra inteira de sua conduta, seria prescrita a ela muito mais precisamente através do instinto, e aquele fim poderia ser obtido muito mais seguramente através dele do que jamais poderia ser através da razão; e se, além disso, a razão fosse dada à criatura favorecida [pela presença do instinto], ela teria servido apenas para fazê-la considerar a feliz predisposição de sua natureza, para admirá-la, para se alegrar com ela, e fazê-la grata à causa beneficente dela, mas não para sujeitar sua faculdade do desejo àquela fraca e enganosa guia, e intrometer-se na meta da natureza; em uma palavra, a natureza teria prevenido a razão de ter uso prático e de ter a presunção, com sua fraca percepção, para pensar por si mesma o projeto da felicidade e os meios de obtê-la; a natureza teria assumido a escolha não só dos fins, mas também dos meios, e com sábia disposição teria confiado ambos unicamente ao instinto.”¹³

Tal argumento “[pressupõe] considerações teleológicas fundamentais sem as justificar com mais profundidade ou, pelo menos, sem as discutir”¹⁴ tornando esse

¹² KANT, Immanuel, Ak 4:394, 2002

¹³ KANT, Immanuel, Ak 4:395, 2002

¹⁴ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 53, 2014.

argumento pouco persuasivo. Primeiro é possível que a premissa encontrada no primeiro parágrafo, a saber, um ser arranjado propositalmente para a vida possua instrumentos com fins próprios e mais adequado para eles próprios, seja falsa empiricamente, Kant até mesmo diz que temos que assumi-la, mas ele não a justifica detalhadamente, pelo menos não na FMC. Kant também diz que em seres arranjados propositalmente para viver, os fins dos instrumentos coincidem com os fins desses próprios seres e que há um fim integrado para a existência destes. É difícil de ver onde está a relação dos fins dos instrumentos serem realizados da forma mais apropriada para eles próprios com o fim integral da existência do ser vivo que possui esses instrumentos, pois mesmo que esses instrumentos realizassem suas funções de forma ideal, não é claro porque tais fins visariam em conjunto um fim maior que é a existência do ser vivo, como também não é claro porque um ser vivo tem que ter um fim integrado pelos fins dos instrumentos para a sua existência.

A tese de que o instinto seria mais apto a estabelecer os meios para ser feliz do que a razão, não só pode ser contestada externamente à obra, mas também pelo fato de Kant afirmar que a vontade pode ser guiada por inclinação na seção dois da FMC quando diz: “a razão fornece somente a regra prática de como a necessidade da inclinação deve ser satisfeita”¹⁵. Mas se é assim, por que Kant diz que cada instrumento realiza sua função adequadamente e de maneira apropriada em um ser vivo que é organizado propositalmente à vida? Esses são alguns dos problemas que surgem com o argumento teleológico, mas como seus problemas não comprometem o desenrolar da FMC quanto à análise do conceito do dever e as ações por dever, não convém a este trabalho aprofundar e alongar essa discussão.

Após esse argumento, Kant quer desenvolver o conceito de boa vontade e para isso ele toma “o conceito de dever, o qual contém o de uma boa vontade, apesar de estar sob certas limitações e impedimentos subjetivos”¹⁶. A tais restrições e obstáculos, Kant dá o nome de inclinações que são os desejos e interesses naturais humanos os quais tornam mais difícil de um agente acatar às exigências da moral. Mas por que e em que sentido o conceito de dever contém o conceito de boa vontade e não o contrário? Por que agir por dever é agir por uma boa vontade, mas

¹⁵ KANT, Immanuel, Ak 4:413, 2002

¹⁶ KANT, Immanuel, Ak 4:397, 2002

agir por uma boa vontade não é necessariamente agir por dever? O porquê disso está na distinção que Kant faz entre seres racionais perfeitos e seres racionais imperfeitos. Seres racionais perfeitos são seres que não estão sujeitos às restrições e obstáculos subjetivos supracitados. Dessa forma, eles sempre agem racionalmente e moralmente pois não têm outros princípios os quais possam adotar para suas ações além dos princípios racionais:

“Se a razão determina a vontade sem exceção, então as ações de um tal ser, as quais são reconhecidas como objetivamente necessárias, são também subjetivamente necessárias, i.e., a vontade é a faculdade de escolher somente aquilo que a razão, independentemente de inclinação, reconhece como praticamente necessário, i.e., como bom.”¹⁷

Já os seres racionais imperfeitos são aqueles que são dotados além da faculdade racional prática, de uma faculdade sensível a qual pode influenciar a vontade segundo princípios sensíveis. Dessa forma, eles nem sempre agem racionalmente e moralmente. Para tais seres, a lei moral é necessária apenas objetivamente, ou seja, necessária quanto ao que exige do agente a moralidade e não necessária em sua própria vontade diferentemente do que ocorre com os seres racionalmente perfeitos por terem sua vontade determinada objetivamente e subjetivamente. Devido a isso, necessidade e dever existem apenas para seres imperfeitos e não para seres perfeitos. “A dependência de uma vontade a qual não é absolutamente boa do princípio de autonomia (necessitação moral) é *obrigação*. Assim a última não pode ser referida a um ser santo [com vontade racional perfeita]. A necessidade objetiva de uma ação por obrigação é chamada *dever*.”¹⁸

Dessa forma, para seres racionalmente perfeitos não pode haver deveres morais, pois suas ações sempre serão morais uma vez que resultam do mero querer de tal ser puramente racional. A lei moral para tal ser não é, portanto, um imperativo da razão sobre a sua vontade.

Agora é possível entender porque e em que sentido, o conceito de dever contém o conceito da boa vontade. Foi visto que para seres puramente racionais, que possuem uma boa vontade, não pode haver algo como dever, pois suas ações resultam meramente do seu querer agir moralmente. Apenas para um ser cuja vontade não é completamente boa pode existir dever. Dessa forma, toda ação por dever é uma ação de uma boa vontade, mas nem toda ação de uma boa vontade é

¹⁷ KANT, Immanuel, Ak 4:412, 2002.

¹⁸ KANT, Immanuel, Ak 4:439, 2002.

uma ação por dever, como também toda ação incondicionalmente boa de um ser racional imperfeito é uma ação por dever, pois o querer agir de uma forma boa de tal ser tem que ser necessitado por uma obrigação, a saber, o dever.

2. As ações por dever

Tendo analisado a forma como a boa vontade está contida no conceito de dever, Kant quer analisar agora o que são as ações por dever. Já se viu que se trata de ações morais de seres racionais imperfeitos que necessitam de ordens da razão para agir moralmente, suas ações, portanto, não meramente fluem da sua boa vontade. Mas tais ações recebem reconhecimento moral pois acontecem meramente por dever, ou seja, por respeito à lei moral, totalmente independente de desejos e interesses subjetivos, o qual chamamos de inclinações. Isso não quer dizer, entretanto, que somente ações em que inclinações estão ausentes tenham valor moral como também não quer dizer que se tem que agir contra as inclinações para que uma ação tenha valor moral. Pode se atribuir grande parte da culpa dessas más interpretações aos exemplos que Kant oferece, mas se entendidos da forma que se julga correta, deixam transparecer exatamente o que Kant quis dizer a respeito das ações que são por dever e possuem, portanto, valor moral.

Kant começa excluindo do rol de candidatas a ações por dever as ações contrárias ao dever. Sobram assim as ações conforme o dever, das quais Kant elimina aquelas feitas por inclinações mediatas, ou desejos ou interesses subjetivos, pois os agentes quando seguem uma inclinação mediata não querem realizar tais ações por elas serem conforme o dever nem por que a ação lhes agrada, mas em vista de outro fim. Contrariamente às ações conforme o dever por inclinação imediata. Ainda restam duas combinações possíveis: ações conforme o dever meramente por dever sem inclinações imediatas favoráveis a tal ação e ações conforme o dever com inclinações imediatas favoráveis a tal ação. Nesses casos, as perguntas que devem ser feitas são: em uma ação por dever pode haver uma combinação de motivos não-morais (inclinações) e motivos morais (dever) de tal modo que haja uma dupla determinação da ação por esses motivos? Ou uma ação por dever é uma ação que deve ser executada pelo motivo do dever sozinho? Ou até mesmo, Kant poderia estar querendo dizer que ações por dever são ações que exigem que se vá contra uma ou mais inclinações mediatas ou imediatas? Começemos, pois, por analisar junto com Kant as ações contrárias ao dever.

Antes de analisarmos esse tipo de ações, é importante salientar que Kant ao longo da primeira seção pretende ter estabelecido três proposições a respeito do

conceito do dever. Diz-se que pretende, pois apenas a segunda e a terceira proposições são de fato explicitadas. Mas apesar de Kant não explicitar a primeira proposição, é possível encontrá-la com a ajuda da segunda e da terceira proposições. A terceira proposição diz o seguinte: “o dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei”¹⁹, o autor também diz que ela é uma consequência das duas anteriores. Logo, analisando essa terceira proposição e como já se tem o conhecimento da segunda, é possível obter a primeira, pois nela tem-se os termos: “a necessidade de uma ação” e o “respeito à lei”, sendo, pois, a necessidade de uma ação estabelecida na segunda proposição, a primeira proposição só pode ter a ver com o respeito à lei.

A chave para entender o que Kant quer dizer com o fato de a terceira proposição ser consequência das outras duas é um comentário em que resume: “[então] nada resta para a vontade que possa determiná-la senão, objetivamente, a lei e, subjetivamente, puro respeito por essa lei prática”²⁰. Portanto, Kant quer aliar na terceira proposição a objetividade necessária da lei estabelecida na segunda proposição com a primeira proposição que trata, portanto, da subjetividade necessitada por essa lei, pois a vontade dos seres humanos não é perfeita, tal ser tem que ter seu querer necessitado por uma lei, uma vez que tal querer não é, como se viu, necessariamente racional. A união dessas duas etapas leva, portanto, à terceira proposição exposta acima.

Kant começou com a tese de que apenas a boa vontade pode ser boa sem restrições, apesar de não justificar essa tese, ele elicitava o que não pode ser bom sem restrições. Após fazer isso, o autor pretende mostrar como agir por tal boa vontade é possível em um ser que está sujeito a tais restrições, a saber, um ser racional imperfeito como o ser humano que não tem, portanto, uma vontade perfeitamente boa. Assim Kant precisa responder como uma vontade imperfeita precisa ser determinada para ser boa. Como visto acima, tal vontade tem que ser determinada objetivamente pela lei moral, como também subjetivamente pelo respeito a essa lei.

Então, a subjetividade necessária para ações serem feitas por dever se encontra na primeira proposição: “uma ação por dever é uma ação por respeito à

¹⁹ KANT, Immanuel, Ak 4:400, 2002.

²⁰ KANT, Immanuel, Ak 4:400, 2002.

lei”²¹. Já a objetividade requerida por tal ação é formulada, portanto, na segunda proposição: “uma ação por dever segue-se de uma máxima ordenada pela lei moral e, com isso, ela é uma ação ordenada como necessária através da lei moral objetiva”²².

O princípio de uma ação com valor moral tem de ser para seres racionais imperfeitos, um ordenamento racional o qual é condição objetiva para que se confira valor moral a uma ação. Já a condição subjetiva consiste no respeito a esse ordenamento da razão. É só quando um ser imperfeito respeita tais ordens e tal respeito é uma razão determinante para sua vontade, a ação deixa de ser apenas conforme o dever e passa a ser por dever. Dessa forma, a terceira proposição junta esses dois requerimentos da seguinte forma: “dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei”²³. Tendo entendido o que Kant tem a dizer sobre o dever nas suas três proposições, será possível entender o que Kant entende por “ações por dever”.

Sobre as ações contrárias ao dever. Kant diz que “(...) para elas não se pode levantar a questão de maneira alguma se podem ser feitas por dever, uma vez que elas até entram em conflito com ele”²⁴. Tais casos se referem, primeiro, a sujeitos que reconhecem uma ação como contrária ao dever e mesmo assim a executam, dessa forma, são evidentemente casos em que não se age por dever, pois a ação até mesmo contesta a bondade da ação por dever. Em segundo lugar, se referem a possíveis casos em que sujeitos em princípio julgam em si próprios como casos que exigem uma ação conforme o dever e em seguida agem por respeito a uma suposta necessidade objetiva desse dever, embora a ação de fato seja objetivamente contra o dever, ou seja, casos em que o agente não contesta o dever, pois age em respeito a uma lei que ele acredita existir. Bom, tais casos não podem ser ações por dever meramente pelo suposto respeito do agente, pois como vimos acima o conceito de dever é formado por componentes subjetivos e objetivos, não sendo possível, portanto, considerar uma ação como essa que é dotada apenas do componente subjetivo, i. e., o respeito, como uma ação por dever. Com isso se subentende que

Kant

²¹ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p.61, 2014.

²² SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 61, 2014.

²³ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 61, 2014.

²⁴ KANT, Immanuel, Ak 4:397, 2002.

não é difícil para seres racionais encontrarem os mandamentos da lei moral em si mesmos além do mais ele não se proporia a analisar o conceito do dever na seção um que trata da transição do “conhecimento racional moral comum” para o “conhecimento moral filosófico” se ele não entendesse que até no mais comum dos conhecimentos dos seres humanos é possível se encontrar os deveres de tais seres. Eles podem ser determinados subjetivamente por uma legislação racional-moral, entretanto, tal lei tem que existir objetivamente, o que não ocorre nos casos acima.

Assim se denota uma condição necessária a ações feitas por dever, elas têm que ser conforme o dever.

Sobre ações conforme o dever por inclinação mediata ou indireta. Tais ações recebem esse nome porque diferentemente das ações conforme o dever por inclinação imediata, o agente não está inclinado diretamente a agir honestamente, ou seja, conforme o dever, mas sim, age dessa forma por outro interesse que não está na própria ação. No exemplo do comerciante, o agente trata seus clientes igualmente porque é o que o seu interesse no lucro demanda dele, pois se ele não agisse honestamente, sua obtenção de lucro estaria em sérios riscos, uma vez que seus clientes não iriam mais em sua loja para comprar o que fosse, sabendo que poderiam perder dinheiro pela desonestidade do comerciante. Tal ação serve como mero meio para que o lucro seja mantido, portanto.

Kant na FMC pretende fornecer um princípio de determinação última para as ações morais de seres racionais imperfeitos, por isso o motivo do lucro não pode servir como tal princípio, pois partindo desse princípio as circunstâncias poderiam ser diferentes e o interesse em lucrar poderia exigir do comerciante que ele agisse desonestamente. O motivo do lucro, portanto, não garante que a ação correta será executada. A falha moral de agir motivado por tal princípio empírico como uma inclinação mediata se trata da impossibilidade de se confiar no motivo quanto à execução da ação correta. Kant poderia parecer estar em busca, portanto, de um motivo que garantisse a execução da ação correta, mas como diz Herman “o exemplo da simpatia [em que se age por inclinação imediata] sugere que isso é só parte da história.”²⁵

²⁵ HERMAN, Barbara, p. 363, 1981.

A análise das ações contrárias ao dever mostrou que ações por dever precisam ser, antes de mais nada, conformes ao dever. Devem, portanto, ter acordância com a lei moral; devem ter objetividade necessária. Já a análise das ações conforme o dever por inclinação mediata mostrou que as ações por dever precisam ser necessitadas subjetivamente por respeito a deveres fornecidos pela lei moral.

O que Kant quis mostrar com o exemplo do comerciante é fácil de compreender, como ele mesmo diz: “Porque aí é fácil distinguir se a ação em conformidade com o dever é feita por dever ou por uma meta egoísta. É muito mais difícil notar essa diferença onde a ação está em conformidade com o dever e o sujeito ainda tem, além disso uma inclinação *imediata* para ela”²⁶

Com os exemplos que Kant fornece, ele quer analisar o conceito do dever, entretanto, como apontam Schönecker e Wood, “essa análise serve (...) a outro fim. Pois Kant se vale dessa análise da motivação moral para, a partir dela, derivar o imperativo categórico”²⁷ (o que se verá no último capítulo deste trabalho). Ele constrói, portanto, cada exemplo, para que se veja o que caracteriza uma ação por dever separando uma a uma do motivo do dever aquelas restrições e obstáculos sobre os quais o dever se sobrepõe para determinar uma vontade humana a agir por uma boa vontade.

Na citação anterior, Kant fala sobre uma diferença que é fácil de se notar no caso do comerciante, entretanto, tal diferença pode ser interpretada de diferentes maneiras. De acordo com Wood e Schönecker, há três possíveis interpretações para essa diferença facilmente notada no caso do comerciante e não nas ações por inclinação imediata ou direta. Em primeiro lugar, segundo eles, pode se entender que essa diferença se trate daquela entre uma ação conforme o dever por dever e uma ação egoísta conforme o dever por inclinação direta. Portanto, segundo essa interpretação, na análise das ações conforme o dever por inclinação imediata que se segue após a análise das ações conforme o dever por inclinação mediata se trataria de diferenciar as ações conforme o dever por dever e ações conforme o dever por inclinação direta egoísta para que se possa ter segurança em conferir valor moral a essas ações. Os autores oferecem três argumentos contra essa interpretação.

²⁶ KANT, Immanuel, Ak 4:397, 2002

²⁷ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 64, 2014

Primeiramente, “nos exemplos [da análise de ações conforme o dever por inclinação imediata] se trata muito mais de que o próprio dever precisa nos mover, mesmo quando nenhuma inclinação nos move (seja egoísta ou não)”²⁹. Os autores querem dizer que na análise que se segue após a análise do caso do comerciante não se trata de opor o motivo do dever a motivos egoístas quando ambos podem levar a ação conforme o dever a ser realizada, ação na qual seria difícil de estabelecer o motivo real das ações conforme o dever por serem inclinações imediatas egoístas a motivarem os agentes diferentemente do que Kant escreve a respeito das ações por inclinação mediata egoístas conforme o dever como a do comerciante. Nos casos como o do potencial suicida em que dele “adversidades e aflição inesperança tiraram o gosto da vida, (...) deseja pela morte e ainda preserva sua vida sem amá-la, não por inclinação ou medo, mas por dever”. No caso do filantropo em que “o sofrimento dos outros não o toca [mais] porque ele está suficientemente ocupado com o seu”³⁰. E no caso do doente de gota em que “[ele] poderia escolher apreciar o que tem bom sabor e sofrer as consequências [disso], porque de acordo com sua percepção, aqui ao menos ele não sacrificou a apreciação do momento presente através de expectativas, talvez sem fundamento, da felicidade que supostamente reside na saúde”³¹ não há dúvida de que não se trata de uma dificuldade em diferenciar suas ações quanto ao motivo por serem ações conforme o dever por inclinações egoístas imediatas, pois eles nem sequer passam a agir conforme o dever, mas sim contra o dever por inclinações, egoístas ou não, as quais eles precisam ultrapassar para agir conforme o dever e não agir por essas inclinações que indicam um caminho contrário ao dever.

Em segundo lugar, Kant não escreve que todas as inclinações sejam egoístas. Ele escreve sobre a ação do comerciante: “Assim a ação não foi feita nem por dever nem por inclinação imediata, mas meramente por uma meta que visava o proveito próprio”³² e na ação do filantropo se nota de forma clara que ele age “sem outro motivo ou proveito próprio”³³. Segue-se disso que as ações do filantropo, por exemplo, não foram egoístas, pois Kant delimita não só as ações por dever em

²⁸ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 65, 2014.

²⁹ KANT, Immanuel, Ak 4:397-398, 2002.

³⁰ KANT, Immanuel, Ak 4:398, 2002.

³¹ KANT, Immanuel, Ak 4:399, 2002.

³² KANT, Immanuel, Ak 4:397, 2002.

³³ KANT, Immanuel, Ak 4:398, 2002.

relação às ações por inclinação indireta, mas ele também pretende levantar uma fronteira em relação às ações por inclinação direta. Assim, no exemplo do comerciante trata-se da primeira delimitação.

Em terceiro lugar, se todas as ações por inclinação direta fossem como as inclinações egoístas, então não seria de fato difícil diferenciar se são ou não ações por dever haja vista a facilidade na detecção do motivo do comerciante. A dificuldade de diferenciar o motivo só pode se dar quando o motivo do dever e o motivo da inclinação são muito parecidos por querermos realizar a ação ela mesma e não para se chegar a outro fim como acontece com a ação egoísta do comerciante.

A segunda forma de interpretar a diferença que é difícil de ver em “outros casos”: “a diferença é a distinção entre uma ação por dever e uma ação por inclinação direta em casos que tanto a inclinação quanto o dever servem (podem servir) como mola propulsora para a mesma ação (conforme o dever)”³⁴. Segundo essa possível interpretação da diferença, o que é difícil de distinguir é o motivo verdadeiro da ação uma vez que tanto o motivo do dever quanto a inclinação direta estão (podem estar) presentes. Seria possível, portanto, que um agente se motivasse a agir por dever mesmo com inclinações favoráveis à ação conforme o dever. Essa forma de interpretar a diferença difícil de estabelecer, compreende a ação através de uma teoria empírica na qual o motivo do dever é tanto um desejo ou interesse quanto as inclinações referente à causalidade de ações, assim seria diferenciar o motivo, pois a mera presença dos motivos, pode causar uma ação conforme o dever mas “para Kant o motivo moral não é um entre muitos, que atua causalmente ou não, mas um fundamento para agir, diante do qual a pessoa se comporta de uma maneira mais livre ou racional”.³⁵

De acordo com essa forma de interpretar a diferença a qual Kant diz existir entre ações conforme o dever por inclinação mediata e ações conforme o dever por inclinação imediata, se fosse necessário que uma ação para ter sido executada por dever tivesse que ao mesmo tempo não ter nenhuma inclinação presente, então não seria difícil distinguir se ela foi feita por dever pois já se “mata” a questão logo ao constatar a presença de alguma inclinação. Essa forma de leitura se baseia no modo

³⁴ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 66, 2014

³⁵ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 66, 2014

como Kant estabelece a distinção dos motivos quando o sujeito além do motivo do dever tem uma inclinação direta à ação conforme o dever. Apesar dessa segunda forma de leitura vir à tona devido a elementos textuais, ela deve ser abandonada pois seu conteúdo não se sustenta ao longo do texto. Contra essa forma de interpretação acerca da diferença das ações por inclinação indireta em relação a ações de cunho egoísta como a do comerciante, os autores Wood e Schönecker elicitam três argumentos.

Primeiro, os exemplos a respeito das inclinações diretas são construídos de modo que os agentes agem moralmente sem nenhuma inclinação favorável à ação conforme o dever. Não se deve assumir, portanto, que os homens que agem por dever também agem por inclinações diretas nesses casos. Quando se trata de diferenciar ações por inclinação direta e ações por dever, como nos exemplos do potencial suicida, do filantropo e do doente de gota, não se pode supor que Kant queira dizer que as ações conforme o dever desses agentes quando executadas por inclinação direta podem ser também por dever e assim são difíceis de perceber, pois tais ações por motivos duplos simplesmente não podem ser por dever. Kant constrói os exemplos, portanto, de tal modo que os agentes superam as restrições e obstáculos à boa vontade, o que torna claro por que motivo o agente agiu de fato.

Ao final desse argumento contra a leitura que afirma que a distinção a que Kant se refere é entre uma ação por dever e uma ação por inclinação direta quando ambos motivos podem servir de “mola propulsora” de uma ação, os autores³⁶ comentam que se poderia achar que uma inclinação poderia estar presente e mesmo assim não exercer nenhuma influência sobre a vontade, mas que é difícil se imaginar como uma inclinação pode estar presente, mas não servir de motivação para uma ação.

Barbara Herman, pelo contrário, imagina essa presença da inclinação que não influencia a vontade, mas para tal, ela abre mão das premissas empíricas a respeito de motivações. Para ela, grosso modo, as inclinações podem estar presentes em um agente mesmo quando se age por dever, desde que se entenda o agir por inclinações e o agir por dever como *incentivos* para agir, ou seja, porque seria bom agir por inclinação ou por dever, e se para Kant, a bondade do motivo do dever precisa ultrapassar a bondade de qualquer outro motivo para se agir, então a

³⁶ De agora em diante “os autores” significará Allen Wood e Dieter Schönecker.

bondade do incentivo de se agir por dever deve ultrapassar a bondade de qualquer outro incentivo. Dessa forma, só o incentivo que é incorporado à máxima se torna um motivo que leva o agente a agir de certa forma. Só assim se poderia julgar o valor de uma ação conforme o dever, ou seja, a partir do momento em que um incentivo é incorporado à máxima é que se tem um motivo para agir, tendo o agente, a partir desse momento, *razões* para agir, antes disso não se pode dizer que o agente está motivado de fato. Assim se pode entender que inclinações podem estar presentes favoravelmente a uma ação conforme o dever, mas não colaborarem para o agente realizar tal ação.

O segundo argumento critica essa concordância motivacional que parece ser o que torna difícil estabelecer a distinção entre ações por inclinação e ações por dever. Mas em primeiro lugar, seria possível que ocorresse tal tipo de ação? E em segundo lugar, tal ação ainda seria por dever? Wood e Schönecker apontam que há três modos de se entender essa concordância motivacional:

“[em] primeiro [lugar], ações sobredeterminadas que acontecem por dever e por inclinação nas quais, porém, ambos os motivos são ou seriam por si sós suficientes; [em] segundo [lugar], ações determinadas mistas que acontecem igualmente por dever e por inclinação nas quais, porém, ambos os motivos não são suficientes por si sós e somente juntos evocam a ação; e, [em] terceiro [lugar], ações determinadas parciais, que também acontecem por dever e inclinação, nas quais porém apenas um motivo de cada vez é ou não suficiente.”³⁷

Essa discussão acerca da colaboração da inclinação para a realização da ação conforme o dever é abordada por Herman em seu artigo “On the value of acting from the motive of duty” no qual a autora responde à tentativa de Richard Henson de conciliar motivos empíricos com o motivo do dever em um agente. Abstraindo-se do terceiro caso, pois nele haveria de fato um motivo determinante, não havendo problema em estabelecer qual foi o motivo que levou a ação a ser realizada e seria realizada mesmo se o outro motivo estivesse presente, não importando se estivesse favorável ou contrário à ação conforme o dever. Se saberia, portanto, em que motivo dependeu a realização da ação, ou seja, se foi por dever ou não, pois o agente não considera a possibilidade de agir por um motivo que não é suficiente para realizar a ação que ele quer realizar, mas sim escolhe um que de fato o mova a realizar a ação. Há antes uma ignorância motivacional de um motivo que não é capaz de mover o agente do que concordância entre motivos capazes de impelir o agente a realizar uma ação. Logo, nesse caso, não há sobredeterminação

³⁷ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 68, 2014.

uma vez que pelo menos um dos motivos não pode determinar a ação, pois um motivo não colabora com o outro.

Já no segundo caso, em uma ação conforme o dever por motivos mistos, se nota claramente que não se trata de uma ação motivada por respeito à lei, ou seja, por dever, uma vez que o motivo do dever precisa de ajuda motivacional daqueles mesmos obstáculos e restrições a que Kant se referira quando introduzira o conceito de dever, os quais podem impedir que a boa vontade seja o que motiva os agentes a agirem moralmente. Em ações morais, de acordo com Kant, o sujeito precisa ser determinado pela absoluta bondade do motivo fornecido pela razão. Logo, a motivação moral simplesmente não existe nesse caso.

Assim resta analisar o primeiro caso a respeito do qual Herman tem muito a dizer ao criticar a possibilidade de que ações morais possam ser sobredeterminadas por inclinações mais o motivo do dever. Possibilidade a qual Richard Henson defende em um artigo³⁸ a qual é apresentada por Herman da seguinte maneira:

“olhar para o fenômeno da sobredeterminação de ações leva a ver que Kant poderia ter tido duas visões distintas de valor moral, sendo que apenas uma delas requer a ausência de inclinações cooperantes, e que quando Kant insiste que há valor moral somente quando uma ação é feita pelo motivo do dever sozinho, ele não precisa também sustentar que tal estado de interesses é moralmente melhor, (...), do que um em que inclinações suportes estão presentes.”³⁹

Segundo Henson, ações sobredeterminadas podem ter valor moral se o critério para se conferir valor a uma tal ação se basear na aptidão moral do agente no momento da ação. Em outras palavras, desde que o motivo do dever seja suficiente para produzir a ação conforme o dever, não importa se há inclinações determinantes cooperando para a realização da ação. Entretanto, o que Henson entende por “suficiente” não é deixado claro por ele. Herman então aponta duas leituras plausíveis dessa suficiência:

“Poderia significar suficiente se sozinho – isto é, motivos cooperantes não foram necessários para que a ação conforme o dever se realizasse[, apesar de o motivo do dever e motivos de inclinação terem indicado o mesmo caminho de ação]. Ou, poderia ser uma condição mais forte: se no momento da ação o agente tinha alguns motivos conflitantes, o motivo moral foi capaz de realizar a ação sem a ajuda de motivos cooperantes.”⁴⁰

³⁸ What Kant might have said: Moral Worth and the Overdetermination of Dutiful Action, 1979

³⁹ HERMAN, Barbara, p. 359, 1981

⁴⁰ HERMAN, Barbara, p. 367, 1981

Herman escreve que Henson está preocupado com casos em que há de fato cooperação entre os motivos morais e não-morais, mas quais são as condições dessa cooperação? Com a mudança das circunstâncias, os dois tipos de motivos podem passar a impelir o agente a realizar ações moralmente opostas. Dessa forma, na primeira forma de ver a suficiência do motivo do dever, um agente moralmente apto pode não ter um motivo capaz de produzir a ação necessária por si só se os motivos não-morais estiverem em conflito com o motivo do dever, ou seja, a configuração motivacional do agente para a ação conforme o dever que o levou a agir por dever, pode levar o agente a agir contra o dever em outras circunstâncias. Se no caso de um filantropo, por exemplo, suas ações conforme o dever fossem sobredeterminadas, segundo Henson, se tal agente fosse moralmente apto, ele realizaria ações beneficentes mesmo se sua inclinação para tal ação estivesse ausente, mas o fato de ele ter agido conforme o dever porque o motivo moral foi suficiente por si só quando sua ação foi sobredeterminada não implica que em outras situações quando a inclinação indicar outro rumo de ação que não a ação beneficente, o motivo do dever será suficiente para realizar a ação conforme o dever. Dessa forma, pode-se levantar a suspeita de que no primeiro caso o agente de fato agiu por dever, pois o motivo do dever pode ter sido suficiente, mas como a inclinação indicava que o agente realizasse a mesma ação, a saber, conforme o dever, não se pode saber se o agente agiu determinado por dever ou por estar inclinado a tal ação. “Para dizermos que uma ação tem valor moral precisamos saber que não foi acidente o agente ter agido conforme o dever requieru”⁴¹.

Herman então aponta que a falha da noção de aptidão moral necessária para se conferir valor moral a uma ação conforme o dever leva a um caminho que exige que o motivo do dever seja mais forte que as inclinações. Nesse caminho interpretativo então se conferiria valor moral às ações conforme o dever nas quais o motivo do dever prevalecesse sobre motivos não-morais, o que acaba por reduzir as duas visões de Henson expostas anteriormente acerca do valor moral de ações a uma só, porque agora o valor moral de ações só poderia ser conferido a elas quando há inclinações presentes a serem superadas pelo motivo do dever. De fato, nossos

⁴¹ HERMAN, Barbara, p. 368, 1981.

elogios mudam em relação a ações conforme o dever que tiveram que superar motivos adversos, se comparadas com as mesmas ações que não tiveram motivos conflitantes com o motivo do dever para serem superados. Entretanto, isso não marca uma diferença entre as noções do motivo moral, pois ele é igual nos dois casos, mudando apenas a circunstância em que o agente é motivado.

Aqui é possível se estabelecer um ponto de encontro entre o que diz Herman sobre concordância motivacional e a terceira objeção de Wood e Schönecker à segunda forma de interpretar a diferença difícil de notar a que Kant se referiu ao passar para a análise das ações por inclinação direta. De acordo com essa objeção poderia se pensar que Kant estivesse estabelecendo a necessidade da presença de inclinações em uma ação que uma vez superadas pelo motivo do dever permitiriam que se conferisse valor moral a essa ação pelo fato de o agente ter superado tais motivos não-morais, a saber, as inclinações, e agido por dever, ou seja, o motivo do dever conseguiu ser mais forte. Só que Kant em nenhum momento escreve que devemos provocar quaisquer inclinações opostas para que então possamos resistir a elas e agir por dever para que então nossas ações possuam valor moral. Seria como exigir que uma pessoa colocasse outra pessoa em perigo para que a *beneficência* da pessoa que viesse a salvar tal pessoa em perigo contasse moralmente.

Há, além disso, como aponta Herman, questões mais substanciais em se exigir que o agente supere inclinações e aja por dever para que sua ação possua valor moral, pois se algum dia o motivo do dever encontrar motivos não-morais que a ele se oponham e a ação conforme o dever não for realizada, como se pode garantir que as ações anteriores em que os motivos indicavam o mesmo caminho de ação ao agente possuíam valor moral, se o motivo nem teve uma batalha para vencer naquela ocasião? Como se pode saber também que a ação feita hoje por dever apenas foi mais forte porque as inclinações foram menos fracas? Dessa forma, agir conforme o dever pode ser apenas um acidente da trama de forças motivacionais e conforme o que Kant entendia por moral, ou seja, um assunto acerca de ações práticas necessárias, então não se pode creditar valor moral a uma ação conforme o dever que depende das circunstâncias para ser realizada, da mesma forma que agir contra o dever em diferentes situações não deve implicar na dúvida se se deve conferir valor moral a uma ação anterior quando se sabe qual foi

o motivo que realizou a ação, uma vez que para Kant, o valor moral da ação é determinado unicamente pelo motivo por trás dessa ação.

Com isso, podemos analisar agora a terceira forma de leitura proposta e aceita por Wood e Schönecker segundo a qual a distinção difícil de estabelecer a que Kant se referiu se trata da distinção “entre uma ação conforme o dever por dever e aquela ação conforme o dever por inclinação para essa ação conforme o dever (...)”⁴²

O pensamento basilar dessa terceira forma de leitura está ligado ao tipo de ações que se trata como moralmente boas e merecem nossa mais alta consideração. Quanto a tais ações Kant diz: “para o que é moralmente bom, não é suficiente que se conforme à lei moral, mas deve acontecer por causa dessa lei;”⁴³. Dessa forma, uma ação para ser moralmente boa deve ser, em primeiro lugar, objetivamente conforme o dever, e não contrária a ele. Em segundo lugar, deve ser desejada por ser conforme o dever e por último é preciso que nada impulsiona o agente a agir dessa forma além do dever.

Os argumentos apresentados contra a segunda forma juntos com os que são apresentados agora defendem essa terceira forma de entender a distinção a que Kant teria se referido:

O primeiro argumento fala que o porquê de ser difícil perceber se a ação foi por dever ou por inclinação reside no fato de os motivos possuírem entre si uma analogia. Tal analogia se refere àquela escrita por Kant:

“O objeto do respeito é assim meramente a lei, e especificamente aquela lei que aplicamos a nós mesmos e também em si mesma necessária. Como uma lei nós estamos sujeitos a ela sem pedirmos permissão ao amor próprio; como aplicadas a nós mesmos, é uma consequência de nossa vontade e tem do primeiro ponto de vista uma analogia com o medo, e do segundo com a inclinação.”⁴⁴

Logo, a analogia que Schönecker e Wood usam para argumentar em favor da terceira forma de leitura se trata do fato que tanto as ações por inclinação direta como as ações por respeito à lei resultam do querer agir de tal forma e como tudo que se quer, quando o objeto desse querer é obtido, se é acometido por um sentimento de prazer. Sabendo disso, Kant constrói os exemplos de tal forma que

⁴² SCHÖNECKER, Dieter & WOOD, Allen, p. 69, 2014.

⁴³ KANT, Immanuel, Ak 4:390, 2002.

⁴⁴ KANT, Immanuel, Ak 4:401, 2002.

não possa haver equívoco quanto ao motivo que leva os agentes a quererem agir conforme o dever. Em um primeiro momento, os agentes agem por inclinação e num segundo momento o autor “varre” para fora os motivos empíricos que levaram o agente a agir conforme o dever para que fique claro que o agente agirá então por respeito à lei. Assim sendo, não se deve confundir essa tentativa de clarificar que tipo de ações possuem valor moral com uma tentativa de generalizar essa instância de uma ação moral como uma regra acerca de quando as ações concretas possuem valor moral. Se assim fosse, um agente teria que se submeter a situações desse tipo para que suas ações possuíssem valor moral. Nem Kant exige isso, nem se posiciona contra sentimentos de simpatia natural, por exemplo, pois como se viu no começo da FMC, Kant já disse que a busca dos dons da fortuna os quais dependem dos dons naturais até propicia a realização da boa vontade, pois como se viu há dons que estão mais próximos da boa vontade. Kant diz: “Assegurar a sua própria felicidade é um dever (ao menos indiretamente), porque a falta de contentamento com a própria condição, em um amontoado de angústias e em meio a necessidades insatisfeitas, podem facilmente se tornar uma grande tentação à violação dos deveres”⁴⁵. Sim, ações beneficentes por dever são, para Kant, mais valiosas moralmente do que uma ação por inclinação, mas em nenhum momento ele despreza tais dons ou exige que se aja conforme o dever por dever quando tais ações também podem ser feitas por alguma inclinação.

Herman também aponta que é possível encontrar suporte para essa tese na *Segunda Crítica* de Kant em que:

“Kant nega qualquer oposição necessária entre motivos morais e não morais e diz que não há requerimento moral de ‘que nós deveríamos renunciar às demandas da felicidade.’ O que é requerido é que quando quer que o dever está em questão, nós não consideramos os motivos não-morais presentes. Porque para uma ação ter valor moral, os motivos não-morais (os quais são empíricos e assim pertencem ao princípio da felicidade, não à lei moral) ‘devem ser separados do princípio prático supremo e nunca ser incorporado a ele como uma condição.’”⁴⁶

Assim, compreender o agir por dever como uma obrigação legal ou expectativa social transforma a teoria moral Kantiana em uma na qual o agente que age conforme o dever cumpre com seus deveres e age contra sua própria vontade. Não se trata de uma teoria moral deontológica em que haveria uma prioridade do correto independente do modo como se quer agir, mas de uma em que o agir

⁴⁵ KANT, Immanuel, Ak 4:399, 2002

⁴⁶ HERMAN, Barbara, p. 371, 1981

corretamente deve estar relacionado com o querer dada a natureza da correção, a saber, uma natureza racional, pois o filantropo amargurado pela vida, retomando o exemplo de Kant, nunca voltaria a ajudar as pessoas se assim não o quisesse, sendo motivado pelo sentimento causado pela lei moral, a saber, o respeito.

Se poderia dizer que dada a semelhança motivacional das ações conforme o dever por inclinação e as ações conforme o dever por dever seria impossível dizer de uma determinada ação se ela foi de fato por dever. O que tiraria o sentido dos exemplos fornecidos por Kant na primeira seção porque não se poderia dizer o que motivou o agente quando de fato ele pressupõe que haja como saber diferenciar os motivos a partir dos quais o agente age. Mas se até Kant diz que não podemos saber ao certo se nós mesmos agimos por dever, é preciso entender como essa “insegurança” valorativa afeta a possibilidade de se conferir valor moral a uma ação.

Como dizem Wood e Schönecker:

“[Em primeiro lugar] Ele quer mostrar no que de fato consiste o aspecto peculiar de uma ação por dever e, com esse fim, ele faz *como se* em determinados casos fosse possível saber certamente que tal ação acontece por dever. [Em] Segundo [lugar], ele utiliza esse procedimento para trazer à consciência do conhecimento racional moral comum, como se *reage* a esses exemplos. Os exemplos devem esclarecer como e por que se distinguem, no contexto ético, aprovação [para ações conforme o dever por inclinação] e alta estima [para ações conforme o dever por dever].”⁴⁷

E para isso não se precisa provar que tais exemplos em que é seguro conferir valor moral podem existir.

Para Herman, apesar de que, para Kant, os agentes não possam estar certo acerca de qual motivo os levou a agir conforme o dever, não quer dizer que os agentes não possam ter uma ideia a respeito do motivo que determinou a sua ação . Segundo ela: “Aquele tipo de falha [insegurança no reconhecimento do motivo] não compromete mais nossa habilidade de julgar os motivos pelos quais nós agimos do que argumentos céticos comprometem nosso julgamento acerca de objetos ordinários”⁴⁸. Para ela, é parte da vida moral dos agentes que às vezes eles precisem insistir que tinham um motivo para agirem, mas não o adotaram. Se não fosse assim, ela argumenta fornecendo um argumento de caráter *a posteriori*, como se poderia acusar alguém moralmente por estar mentindo sobre o motivo de estar ajudando os menos favorecidos por mera caridade, por exemplo, quando na verdade

⁴⁷ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 72, 2014

⁴⁸ HERMAN, Barbara, p. 370, 1981

o que move essa pessoa é a honra que obterá com tal ação. Se no argumento cético a respeito da dúvida da existência do mundo exterior, apesar de não se saber com certeza se existem de fato, se tem pelo menos uma ideia a respeito de sua real existência, pois ninguém para de repente na calçada por ser acometido da dúvida sobre a existência da próxima lajota. Da mesma forma, os agentes tem uma ideia a respeito do motivo que os leva a ajudar pessoas, por exemplo, apesar de que na realidade possa ter sido um motivo interesseiro que levou os agentes a agir dessa forma, dada a analogia do prazer em agirmos como queremos, ou seja, nos sentirmos livres.

O segundo argumento que Wood e Schönecker oferecem contra a segunda forma de interpretar a diferença que Kant diz ser difícil de notar quando a ação é feita conforme o dever por inclinação direta” usa o fato de Kant se basear no “conhecimento racional moral comum” para diferenciar justamente ações que merecem apenas aprovação e ações que merecem nossa mais alta estima moral. Ou seja, se aprovam ações conforme o dever, sejam elas por inclinação ou por dever, entretanto, não se dá o mesmo valor quando se supõe saber do motivo que levou o agente a agir conforme o dever. Mesmo quando o agente quer fazer a ação por ela mesma, por uma inclinação direta e sem interesses nos efeitos da ação como os do comerciante, não se confere a mais alta estima moral a tais ações, pois ao agente não basta querer realizar a ação por ela mesma, ele precisa querer realizá-la de uma forma peculiar, a saber, por dever. Portanto, “A distinção (‘difícil de notar’) de nossa reação moral (isto é, apreço versus alta estima) remonta à diferença (‘difícil de notar’) entre uma ação conforme o dever por inclinação e uma ação conforme o dever por dever”⁴⁹. A distinção difícil de notar entre ações conforme o dever por inclinação e ações conforme o dever por dever não poderia ser porque externamente as duas ações são iguais, ou seja, ambas são conforme o dever, pois no próprio caso do comerciante interesseiro as suas ações são externamente indistinguíveis de ações conforme o dever por dever e Kant não escreve que quanto às ações do comerciante há uma dificuldade de distinguir moralmente suas ações, ele escreve justamente o contrário. A dificuldade está no fato de se querer a ação por ela mesma tanto quando se tem uma inclinação direta para tal quanto quando se age por dever. Como apontam Wood e Schönecker, essa distinção já é feita na

⁴⁹ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 72, 2014

primeira seção da FMC, pelo fato de ela estar profundamente ancorada no “conhecimento racional moral comum”. Dessa forma, mesmo com esse tipo de conhecimento as pessoas têm uma diferença de reação quanto a ações que possuem valor moral legítimo de outras ações que não possuem tal valor dado o fato de que se confere valor diferente (alta estima e aprovação) às ações feitas por dever e por inclinação. Esse argumento vai de encontro aos que pensam como Hume para quem, grosso modo, as motivações morais não passam de desejos e paixões e a razão é mera escrava desses desejos e paixões na medida em que lhes serve de instrumento para a satisfação desses desejos e paixões. Para quem defende teorias morais em que a razão serve como instrumento e não como fundamento para ações morais, caberia provar porque no “conhecimento racional moral comum” já há uma valorização distinta que marca a diferença entre o motivo moral-racional genuíno e os motivos empíricos.

O terceiro argumento em favor da distinção que é difícil de notar, segundo Kant, se segue da distinção feita, no segundo argumento acima, entre “aprovação moral” e “mais alta estima moral”. O que demonstra que está errado pensar que só ações por dever possuem valor moral. Apesar de Kant escrever a todo momento que só ações por dever possuem valor moral, “ele escreve, de modo mais preciso, que apenas uma ação por dever teria ‘*verdadeiro* valor moral’, ‘*genuíno* valor moral’, ou ‘valor *propriamente* moral’. Isso significa: apenas ações às quais subjaz somente e apenas o motivo moral do respeito possuem, de fato e exclusivamente, o *maior* valor moral.”⁵⁰. Assim, podemos incluir as ações que merecem nossa aprovação e incentivo, a saber, as ações conforme o dever por inclinação no âmbito de nossas avaliações morais. Isso quer dizer que tais ações estão imiscuídas no reino das ações morais sendo difícil, portanto, distinguir quais ações devem receber “valor propriamente moral” . Entretanto, por que as ações por dever são colocadas no topo de nossa estima moral, apesar de serem parecidas com ações conforme o dever por inclinação por também realizarem ações conforme o dever e o agente querer agir dessa maneira? Pois tais ações por dever têm valor incondicionado. A bondade de tais ações não depende das circunstâncias em que o agente pode se encontrar. Ações por dever sempre serão ações conforme o dever, já as ações por inclinação podem ser contrárias ao dever. Por isso, em nossa avaliação sobre o valor mais alto

⁵⁰ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 73, 2014

em uma escala moral, não podemos colocar as ações cujo interesse em agir conforme o dever não foi determinante para tal, não garantindo assim que o dever seja feito nas situações em que se precisa agir assim, sendo entregue tal ação conforme o dever aos caprichos de uma inclinação qualquer.

O quarto e último argumento de Wood e Schönecker, em favor de que a distinção difícil de notar em ações conforme o dever se trata de diferenciar se a ação foi por dever ou por inclinação, trata da diferença apontada por Kant⁵¹ entre o amor patológico e o amor prático. O amor patológico para o autor da FMC, diferentemente do que se poderia pensar que tal amor fosse um amor patológico por ser doentio, ou seja, em excesso, é na verdade relativo àquele sentimento natural que se tem por outras pessoas o qual não pode, enquanto natural, ser comandado pelos seres humanos, ou seja, simplesmente se tem ou não, não se escolhe tê-lo da mesma forma que uma doença também não se escolhe ter, é por isso que se chama de “patológico”. Já o amor prático se trata de se querer ter benevolência e caridade em relação a outras pessoas como demanda o dever. Quando nós praticamos esse amor sem inclinação ou até contra alguma inclinação, então agimos por dever. Se não o fazemos, então podemos ser responsabilizados. E só se pode ser responsabilizado porque tal omissão (da mesma forma que seria se se realizasse o dever) resultou da vontade do agente e não de acontecimentos naturais. Isso se vê nos dias de hoje quando não mais se responsabiliza um agente por furto quando tal ação resulta de uma disposição natural como a cleptomania, a qual o agente não pode evitar de seguir, ou seja, não é uma escolha dele furto ou não, pois a situação determina o agir desse agente, logo ele não pode ser responsabilizado.

Assim, se chega à análise da segunda proposição sobre o dever.

“A segunda proposição é: uma ação por dever tem seu valor moral *não na meta* a qual se supõe atingir, mas antes na máxima em acordo com a qual se decide a agir; assim esse valor depende não da realização do objetivo da ação, mas meramente do *princípio de volição*, de acordo com o qual a ação é feita, sem consideração a qualquer objeto da faculdade do desejo.”⁵²

De acordo com Kant, a segunda proposição trata da exigência objetiva para que uma ação seja por dever e tenha assim valor moral. No entanto, quando se depara com o que Kant diz acima acerca do valor moral estar na máxima pela qual se age e não em algo propriamente objetivo, pode se achar que o que foi dito antes

⁵¹ KANT, Immanuel, Ak 4:399, 2002

⁵² KANT, Immanuel, Ak 4:399, 2002

a respeito da objetividade marcada pela segunda proposição seja pouco plausível. Mas se engana quem acredita que a segunda proposição trata na verdade de uma parte *subjéitiva* do conceito de dever.

Primeiramente, é necessário analisar rapidamente o que Kant entende por máxíma:

“Uma máxíma é, segundo Kant (...), ‘o princípio do querer’. A *subjéitividade* de máxímas consiste, de início, simplesmente no fato de que elas são regras segundo as quais sujeitos (isolados) de fato agem ou querem agir, mas não necessariamente precisam agir; máxímas *per se* não podem reivindicar validade universal. Máxímas podem, na verdade, coincidir com regras objetivas – ou seja, quando alguém transforma uma lei objetiva (por exemplo, moral) em sua máxíma -, mas primeiro são regras segundo as quais eu me proponho a agir: uma máxíma contém a regra prática que a razão determina em conformidade com as condições do sujeito”⁵³

Sabendo grosso modo como Kant define uma máxíma, pode-se voltar a analisar a segunda proposição. Segundo Wood e Schönecker essa proposição está dividida em duas partes sendo que a primeira parte consiste em recapitular a primeira proposição, ou seja, no que não consiste o valor da ação por dever e a segunda parte pretende explicar a primeira. O que há de novo em relação à primeira proposição é Kant dizer que o valor de uma ação por dever depende do princípio de volição. Mas como se deve entender esse princípio? Segundo Wood e Schönecker:

“Kant diz (...) que a vontade é determinada ou por um princípio ‘a priori’ ou por uma ‘mola propulsora a posteriori’, e esta, a última, é excluída por sua tese (...) sobre intenções e efeitos, a boa vontade é, portanto, determinada pelo ‘princípio a priori’”⁵⁴

Como tal princípio a priori, em Kant, só pode significar a lei moral, a segunda proposição deve ser interpretada assim: o valor das ações por dever depende da lei moral. Dessa forma, se entende que Kant quis dizer com a segunda proposição o que já foi dito neste trabalho, se deve querer agir conforme o dever de uma maneira peculiar para que a ação possua valor moral: a máxíma do agente, ou seja, o que ele quer fazer, precisa ser determinado pela lei moral e não por inclinações; ela precisa coincidir com uma regra objetiva.

Assim se chega à terceira proposição sobre o dever a qual apesar de ser uma conclusão do que já foi visto até agora, introduz termos novos como o de respeito.

⁵³ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 75, 2014

⁵⁴ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 76, 2014

Apesar de Kant não escrever explicitamente a palavra respeito na primeira proposição, é fácil encontrá-la nessa proposição dado os usos que Kant faz da expressão “por dever” como sinônimo da proposição “por respeito”. Pois, em uma perspectiva de um sujeito que age por dever, para esse sujeito, agir se dá por respeito a lei moral que diz o que ele deve ou não fazer o que vai ao encontro do que Kant escreve: “Também mostramos acima como nem o medo, nem a inclinação, mas unicamente o *respeito pela lei* é o incentivo que pode dar a ação seu valor moral.”⁵⁵. E Kant de fato mostrou que em seres racionais imperfeitos o querer moral só pode se dar através do dever fornecido pelas leis morais que motivam os seres humanos a agir por dever através do sentimento de respeito. Tal sentimento se diferencia dos outros por ser autoproduzido e não ser influenciado pela contingência das circunstâncias nas quais nos encontramos como seria o caso do sentimento de medo. Mas se poderia pensar que o medo também pode ser autoproduzido por podermos imaginar certas situações que causariam medo a um ser humano, mas mesmo assim não é o mero imaginar que causaria medo a esse ser, pois ele tem que imaginar objetos que já lhe causaram medo. Já com ações feitas pelo motivo do dever até quando não se trata de situações que requerem o agir moral se pode ser motivado pelo sentimento de respeito ao próprio legislar. Como diz Herman: “O escopo do motivo do dever não está restrito a ações moralmente valiosas. Ele se aplica também a ações que são meramente corretas ou permissíveis: ações cujas máximas satisfazem as condições estabelecidas pelo imperativo categórico.”⁵⁶. O ponto aqui é que para se sentir medo, é necessário que uma série de fatores contingentes ocorram, mas para se ter respeito à lei moral a qual nos fornece os deveres, basta exercermos nossa racionalidade. Não se tem controle quanto ao medo da morte, por exemplo, mas se tem controle sob o modo como o sentimento de respeito é autoproduzido em seres humanos quando a lei moral é apresentada por suas autolegislações. Como sentimento, um ser humano não pode ordenar a si mesmo que o sinta (o mesmo se dá com o medo), pode-se, contudo, ordenar a reflexão prática quanto à validade da lei moral para que se respeite a própria racionalidade.

⁵⁵ KANT, Immanuel, Ak 4:440, 2002

⁵⁶ HERMAN, Barbara, p. 371, 1981

Ainda quanto ao medo, é interessante notar que quando Kant fala acima que o respeito à lei tem uma analogia com o medo por não se pedir permissão ao amor próprio para agir, Kant trata a lei moral como uma ordem sumária como quando se sente medo de algo e simplesmente se obedece o sentimento de medo e se tenta evitar aquilo de que se tem medo sem qualquer outra consideração. Assim também se deve fazer em relação ao caráter da lei moral que diferentemente do medo, um sentimento meramente subjetivo e instintivo, nos causa o sentimento de respeito que reflete um valor objetivo e racional, mas analogamente imperativo.

Respeito reflete um valor objetivo pois seu objeto é a lei moral. “Não é possível ter respeito nem pelo objeto como efeito da ação planejada nem da inclinação em geral para ações. É apenas possível ter respeito pelo que é motivo e atividade de uma vontade, isto é, da mera lei por si”⁵⁷. Não se pode ter respeito pelos efeitos da ação pois não se sabe que motivo levou o agente a produzir tais efeitos. Os efeitos não podem ser respeitados, pois sua causa pode ser uma ação dotada de um mau propósito. Se o bem moral residisse nos efeitos esperados, não se precisaria de uma boa vontade que por ser o sumo bem incondicionado determinasse os agentes a agirem moralmente, bastaria que se tivesse o instinto, o que Kant pretendeu estabelecer no argumento teleológico. Assim, “nada senão a *representação da lei* em si mesma, a qual obviamente só ocorre no ser racional, na medida em que ela, e não o efeito esperado, é o fundamento determinante da vontade, constitui o bem tão excelente que nós chamamos moral”⁵⁸. É nesse sentido que o respeito reflete um valor objetivo. Tal sentimento de respeito se autoproduz pelas leis morais racionais nos agentes e não reflete um valor subjetivo como agir por desejos como o de medo ou aversão, ou interesses na ação como os do comerciante.

É importante salientar que para Kant há uma diferença entre agir por interesse e agir tomando interesse. Há um tipo de interesse que é aquele interesse prático pelo qual se age *tomando* esse interesse como motivo da ação e o interesse patológico que é o interesse que simplesmente se tem ou não e pelo qual se age naturalmente.

⁵⁷ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 78, 2014

⁵⁸ KANT, Immanuel, Ak 4:401, 2002.

“No primeiro caso me interessa a ação, no segundo, o objeto da ação (na medida em que me é agradável). *Vimos na Primeira Seção* que numa ação por dever não é o interesse no objeto ao qual se deve buscar atender, mas meramente ao interesse na ação ela mesma e ao seu princípio na razão (a lei).”⁵⁹

É também nesse sentido que Herman oferece um exemplo de uma ação que se dependesse do interesse patológico, certamente tal ação não teria valor moral:

“Suponhamos que eu veja alguém se esforçando, tarde da noite, com um pacote pesado na porta dos fundos do Museu de Finas Artes. Por causa do meu temperamento simpático eu sinto a inclinação imediata de ajudá-lo (...). Ao agir por uma inclinação imediata [tanto quanto uma inclinação mediata], o agente não está preocupado se sua ação é moralmente correta ou requerida”⁶⁰

Portanto, quando uma pessoa se dispõe a ajudar o ladrão de arte acima, ela não toma interesse na ação, ela age somente por um interesse patológico e não um interesse prático, ou seja, não é a necessidade moral da ação de ajudar que lhe importa, mas sim um interesse natural em buscar o objeto que lhe parece agradável dada a sua composição natural humana.

Até agora se falou do motivo do dever que confere valor moral a ações. Essas ações são dotadas de tal valor por serem necessitadas por dever o qual é fornecido pela lei moral-racional em respeito da qual se age. Mas Kant, apesar de pretender ter esclarecido em que consiste o valor das ações por dever, ele não esclareceu no que de fato consiste essa lei moral. O motivo de ações morais não pode se basear em princípios empíricos como já se viu, mas para que tal independência de princípios empíricos se aplique também à lei, são necessários argumentos. Kant tenta fazer isso após a terceira proposição sobre o dever, o que segundo Wood e Schönecker torna clara sua estratégia: “ele quer, a partir da análise da motivação moral (...) inferir a própria lei moral e seu conteúdo.”⁶¹

Kant diz, portanto, o seguinte:

“Uma vez que roubei da vontade todo impulso que poderia ter surgido da obediência a uma lei qualquer, nada resta exceto a legislação universal da ação em geral a qual sozinha serve a vontade como seu princípio, i. e., eu nunca devo conduzir a mim mesmo exceto da forma *que eu possa também querer que minha máxima se torne uma lei universal*. Aqui é a mera legislação em geral (sem baseá-la em qualquer lei que determina certas ações) que serve à vontade como seu princípio, e também deve servi-la (...).”⁶²

⁵⁹ KANT, Immanuel, Ak 4:413-414, 2002.

⁶⁰ HERMAN, Barbara, p. 364-365, 1981

⁶¹ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 86, 2014

⁶² KANT, Immanuel, Ak 4:402, 2002

Através dessa inferência se vê que a estratégia de Kant, pelo menos na primeira seção, é problemática, pois mesmo que Kant ofereça um argumento em favor da irrelevância dos efeitos para se conferir valor moral a uma ação (contra éticas consequencialistas, portanto) o autor tem que explicar o que resta após o agente se livrar de todas as outras leis que não a lei moral e agir conforme a legislação universal, pois não pode ser mera conformidade à lei, uma vez que poderia ser uma lei dada por Deus, por exemplo. Mas, segundo Wood e Schönecker, pode-se entender melhor essa reflexão de Kant se nos basearmos no que Kant entende por autonomia:

“quando o essencial de uma ação por dever é que ela é feita por causa da lei, e quando o respeito que é essencial nisto se refere à dignidade do homem em sua autonomia e não a inclinações (e ‘efeitos’), neste caso a própria lei também não pode ser qualificada pela referência a inclinações como estas, mas pelo fato de ser uma lei”⁶³

Isso quer dizer que quando Kant escreve que ao se “roubar” da vontade todo impulso que podia surgir da obediência a uma lei qualquer, o que resta é o agir *por causa* dessa legislação universal a qual se respeita *por* ser a agência segundo leis puramente do agente e não leis naturais.

Kant na inferência da lei moral é pouco claro a respeito do que ele quer dizer quanto ao agir meramente pela legislação universal, entretanto, Kant irá explicar tanto o apelo à dignidade do homem em agir por sua própria (boa) vontade nas seções seguintes, para então mostrar o que isso tem a ver com o agir pela legislação em geral, quanto o que o “proceder de uma maneira senão de tal sorte que eu possa também querer que a minha máxima se torne uma lei universal”.

⁶³ SCHÖNECKER, Dieter & WOOD W., Allen, p. 86, 2014

Considerações Finais

Neste trabalho de conclusão ficou claro, portanto, no que consiste o valor das ações por dever. Tais ações, para Immanuel Kant, possuem valor moral. Como se viu o conceito do dever contém o conceito de boa vontade que é a vontade peculiar de seres racionais perfeitos ou imperfeitos. Para seres racionais perfeitos não é necessário que exista algo como o dever para determinar suas vontades, pois tal vontade não corre o risco de ser influenciada por interesses não-morais. Já para seres racionais imperfeitos como os seres humanos, é necessário que algo supere em bondade todos os outros motivos que se tem para agir em uma determinada situação e os faça agir como o dever os manda. Tal dever, no entanto, não é externo aos agentes, mas pode ser encontrado neles mesmos, em suas racionalidades, podendo os agentes reconhecerem tais leis morais que fornecem os deveres a eles como não menos do que suas.

Para analisar o conceito de boa vontade em seres humanos é necessário, portanto, analisar o conceito de dever o qual consiste em três momentos: subjetivo, objetivo e “conclusivo”. O momento subjetivo que reside na primeira proposição a qual diz que: uma ação por dever é uma ação por respeito à lei. O momento objetivo reside na segunda proposição: uma ação por dever segue-se de uma máxima ordenada pela lei moral e, com isso, ela é uma ação ordenada como necessária através da lei moral objetiva. A terceira proposição vem para unir esses dois momentos concluindo: uma ação por dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei. Assim, uma ação de um agente que reconhece a necessidade de uma ação por respeito à lei e assim age, age moralmente; sua ação possui valor moral.

Em seguida, se passou por uma análise do que poderia significar agir por dever e se descobriu que tais ações por dever são ações as quais precisam não visar o efeito como motivo do seu agir, mas meramente precisa interessar ao agente a própria conformidade da sua ação com o dever quando se age por tal motivo. Agindo assim a ação do agente possui o mais alto valor moral e não apenas incentivo e aprovação. Também se viu que para que uma ação tenha o mais alto valor moral é preciso que apenas o motivo do dever determine um agente a realizar uma ação conforme o dever e que não dependa de mais nenhum outro motivo não-moral. Ou seja, como diz Herrman: “O que é exigido é que quando quer que o dever

esteja em jogo, nós não consideramos os motivos morais presentes”⁶⁴

Após essa análise do dever e do que motiva o agente a agir por dever, Kant pretende, inferir a lei moral. Mas Kant não consegue fazê-la na primeira seção pela ausência do desenvolvimento do conceito de dignidade necessário para mostrar a independência da lei moral em relação a princípios empíricos e não apenas a do motivo como é mostrada durante a primeira seção inteira.

⁶⁴ HERMAN, Barbara, p. 371, 1981

Referências Bibliográficas

KANT, Immanuel. **Groundwork for the Metaphysics of Morals**. Editado e traduzido do idioma alemão por Allen W. Wood. Yale University Press. 2002.

HERRMAN, Barbara. **Leaving Deontology Behind**. Harvard University Press. 1993.

HERRMAN, Barbara. **On the value of acting from the motive of duty**. Harvard University Press. 1981.

WOOD, W. Allen & SCHÖNECKER, Dieter. **A “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” de Kant: um comentário introdutório**; tradução Robinson dos Santos, Gerson Neumann. São Paulo: Edições Loyola. 2014.